

COLABORAÇÕES

Arquipélago dos Açores

Dante de Laytano.

Prof. Cat. de História da Civilização
Brasileira da Faculdade de Filosofia da
U. R. G. S.

O estudo da importância da colonização açoriana no Brasil é necessário que seja feito para mostrar o quanto se deve ao português ilhéu na consolidação material e sociológica do domínio lusitano na América.

O autor já realizou diversas investigações parciais sobre o assunto.

Tentou revelar as consequências da influência açoriana na formação do gaúcho brasileiro, sua moral, costumes, linguagem e seu procedimento histórico nas vastas planícies do sul, o domínio dessas estepes e a posse da área das coxilhas para o gado e o trigo. (1)

Procurou examinar os aspectos comparativos de duas economias, a alemã e a açoriana, e o sentido, o contato e as relações de um novo sistema em zonas de tradição mais antiga (2). Pensou interpretar a maneira do açoriano ocupar a terra, num agitado período de invasões, guerras e revoluções, como força de fixação que permitiu o aportuguesamento duma parte da extremadura meridional da colônia sob os constantes pretextos de absorção e domínio por intermédio dos espanhóis e rio-platenses (3). Finalmente esboçou a crônica da fundação de cidade açoriana da América e todos os característicos de sua evolução, segundo documentos autênticos e inéditos, além de análise da repercussão política que determinou o nascimento do núcleo urbano em termos de novas cidades e a conquista de outros lugares (4).

São quatro estudos dos açorianos no Rio Grande do Sul, onde eles fundaram uma próspera e rica civilização do mais puro conteúdo lusitano.

Faltam muitos aspectos mais.

É verdade que o pesquisador luta com completa ausência de fontes bibliográficas e de arquivos.

As omissões naqueles trabalhos são numerosas.

Os dados, os elementos e o material de Portugal e Açores se desconhecem no Brasil onde as bibliotecas nada possuem. Ignora-se a literatura sobre os Açores. Tudo é inacessível.

O presente informe ressente-se ainda de faltas. Mas reuniremos agora alguns esclarecimentos colhidos no próprio Arquipélago dos Açores.

Extrangeiros — Um bom livro de título de obras extrangeiras sobre Portugal é o de autoria de Manoel Bernardes Branco, da Academia das Ciências de Lisboa, publicado em 1879 que registra variados trabalhos que não são escritos em português.

O cientista ou viajante que não pertencem ao país tem olhos diferentes para os problemas nacionais e locais (5).

Encontramos, apenas, no I volume, perto de 18 trabalhos que interessam aos Açores e redigidos pelos seguintes autores: Comendador de Chaste («Voyage à l'Ile Terceira des Azores», Paris 1785), Chataubriand («Voyage en Amérique», 1791), Joseph Bular («A Winter in the Azores, and a summer at baths of the Furnas», Londres, 1841, 2º vol). Cervantes, 1581. (Carlos Barroso). Lugares em que esteve Cervantes em Portugal e nos Açores, 1872. Lisboa). «Conquista da la isla de la Tercera y de las demás islas de los Açores que hizo D. Alvaro Bazan, Marquês de Santa Cruz», 1583. Dawin («Jurnal of researchs into the various countries visited by Begle», London, 1840). Alfred Demersay («Une mission géographique dans les Archives d'Espagne et de Portugal». Paris 1864). Henri Drouet («Rapport à S. M. le roi de Portugal sur un voyage d'exploration scientifique aux Açores», 1858). «Mollusques marins des îles Açores», 1859. «Cleopteres e Açoreens», 1859. «Eléments de la Faune Açoreense», 1860. «Lettres Açoreenes», 1862, «Catalogue de la Flore des îles Açores, procédé de l'itinéraire d'une voyage dans cet Archipel, — 1866» («Discourse of that which happened in battle fought between the two navies of Spain and Portugal at the Islands of Azores, anno 1582»). C. Mosquera de Figueroa («Commentário de disciplina militar, en que se escribe la jornada de las Islas de los Açores. Madrid, 1596). Geor Hartung («Die

Azoren in ihrer aussern Erscheinung und nach ihrer geogrostischen Natur geschildert. Nebst einen Atlas. Leipzig 1860). Hebbe («Relation sur l'ile du Fayal». Stockolmo, 1804). «The History of Azores on Western Islands» (Londres, 1813). C. M. Philipe de Kerhallet (Description de l'Archipel des Açores». Paris, 1851). Jubes Lasteyrac (Souvenirs des Açores». Revue des Deux Mondes, 1841 e 1842). «Magasin Pittoresque». Tomo XXIII, 1855. («Ilha do Corvo»), Francis Masson («An Account of the Island of Sr. Michel, in «Philosophica Transactions». Vol. 68 Londres, 1778) e Arthur Morelet («Iles Açores. Notice sur l'histoire naturelle des Açores, suivie d'une description des mollusques terrestres de cet archipel, avec cinc planches guavés et coloriées». Paris 1865 e «Catalogue de la Flore des îles Açores, précédé de l'itinéraire d'un voyage decet archipel em 1857». Paris 1866).

Algumas das obras citadas já foram traduzidas, umas, é verdade, possuem apenas uma importância relativa, e outras cuidam sómente de aspectos particulares mas todas oferecem um interesse.

Início da navegação dos portuguêses — Alfredo Pimenta, que foi diretor do Arquivo da Torre do Tombo, no seu livro «Idade Média (Problemas e Soluções)», debate diversos assuntos de grande valia para a história portuguesa, sempre à luz dos mais sérios documentos, e num capítulo especial, «As Ilhas dos Açores», esclarece alguns problemas graves.

a) Pela Bulla — «Guademus et exultamus in Dominio» — de Bento XII, passada em Avinhão, em 30 de abril de 1341, e dirigida a D. Afonso IV, ficamos a saber que já, no tempo do Pai, nós tínhamos — «marinheiros tão ousados e destros como dificilmente se poderiam encontrar noutra parte» (Apud Rebello da Silva, «Quadro Elementar», tomo IX, nº 362).

b) O Pontífice Clemente VI, em 15 de novembro de 1344, fêz ao Príncipe Luiz de Espanha, ou de La Cerdia, Almirante de França, doação das Ilhas Afortunadas, para quem as conquistasse. Os Reis de Portugal de Castela, de Aragão, de França e da Sicília, receberam a comunicação e o pedido de que o auxiliasse nas medidas da possibilidade. O Embaixador da Inglaterra ficou muito aflito, porque tomou as Ilhas Aforção das Ilhas Afortunadas, para quem as conquistar a seu rei que o Papa dera a Inglaterra ao Almirante Francês!... (Apêndice Charles de la Ronciére, «His. de la marine française», II, pág. 106).

c) O Papa não tinha dado a Inglaterra mas sim as Canárias. O rei de Portugal, Afonso IV, imediatamente escreveu uma carta de reclamação ao Pontífice, carta divulgada pela primeira vez, em 1710 («Anais Eclesiásticos» de Barônio e Reynaldo. O rei alegava que os portuguêses já tinham estado nas Canárias e que interromperam as navegações por causa da guerra. Antes de 1336, os portuguêses navegavam o atlântico, então porque, as operações navais foram suspensas diante do conflito armado e os preparativos militares destas lutas de Portugal com os Sarracenos e Castela são de Agosto de 1336. Quando no século XV, se levantou entre os Reis de Portugal e de Castela discordia sobre as Canárias, discordia que foi levada ao Concílio de Basileia (1435), o Rei de Portugal estava cheio de razão, porque fôra ele o primeiro a visitar e reconhecer essas ilhas, e concluindo a lição, diz o historiador: «Devemos pois marcar sem hesitação esta época do reinado de D. Afonso IV, como o início dos nossos feitos marítimos».

A Idade Média e as Questões históricas — O problema histórico das origens dos Açores, ainda baseando-nos em Alfredo Pimenta, pode ser apreciado da seguinte maneira:

a) Época — «Com a bandeira de Portugal a tremular nos muros de Ceuta, o Infante D. Henrique instala-se em Sagres, para se dedicar inteiramente ao serviço de Deus, da sua terra e do seu Rei, enquadrando o mundo ultramarino na Civilização católica e na Soberania de Portugal. É no desempenho desta missão, que ele vai encontrar os Açores, que certos, propagandistas que andam por ai julgam terem sido por êles descobertos e povoados».

b) Conhecimentos — Os antigos desconheceram, os Açores «As Fortunatae insulae de Plínio são seguramente as Canárias. Mas a ilha que o Pseudo — Aristóteles e Diodoro descrevem, possivelmente copiando Timeo, é a Madeira? As duas ilhas a que Plutarco, quando biografou Sertório (89), cita, são a grande Canária e a de Tenerife, a grande Canária e a de Fuerte Ventura, ou a de Lanzarote? Seja como fôr, todas as ilhas atlânticas que os autores antigos conheceram ou citaram, por informação alheia, ficam relativamente junto da costa africana. Para Adolfo Schulten (Fontes Hispaniae Antiquae, II. Pág. 98; IV, pág. 166; «Tartessos», pág. 105) as duas ilhas que Plutarco se refere são a Madeira e a Porto Santo. Chega mesmo a identificar o «Elysionpedion... pirata gaies de Homero (Odisseia, IV, 563), com a Madeira não excluindo, no entanto, a identificação noutros casos, dos «Insulae fortunatae» com as Canárias».

c) Nomenclatura — O estudo de Júlio Mees sobre «Os Açores nos Portulanos», que apareceu na XVII série do «Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa» acolhe 28 portulanos e cartas de 1351 a 1539 onde pretende identificar e localizar os Açores.

Os autores medievais não sabiam como colocar as ilhas atlânticas nos mapas, além do mais nada autoriza a aceitar a existência da Ilha Brasil ou Brasil de São Brandão ou São Brandão do Brasil como sendo os Açores, de uma nomenclatura geográfica muito vaga e imprecisa não pode ser traduzida geográficamente como os Açores dos tempos atuais. Quem diz, também, que tivesse existido a ilha do Brasil? Ficamos apenas nas hipóteses e as conjecturas, e nada mais.

Um frade anônimo espanhol, teria deixado o manuscrito de uma viagem em 1348 (?) na qual alcançara os Açores. O ms, original está perdido, conhece-se cópia do Sec. XV que sofreu visíveis acréscimos e alterações e isso tira a importância do documento, aliás confuso e de valôr suspeito. Os italianos dizem que estiveram nos Açores, em 1341, descobrindo-os, como quer atualmente o Prof. Guido Pó, que voltou ao assunto de tirar-se aos portuguêses a glória dos descobrimentos, pelo menos em parte, ou mostrar o quanto se dependia da península itálica, citando Bocáccio, num relatório de próprio punho. Mas não consta nada de Açores nos informes em aprêço, e o texto de Bocáccio já era conhecido em Portugal, e ali se lê apenas as Canárias.

d) Documento — A carta de D. Afonso V em 2 de julho de 1439, é o primeiro documento que fala nos Açores e nela consta que o Infante D. Henrique seu tio the «enviou dizer que el mandara lançar ovelha nas sete ilhas dos Açores». Quer dizer que naquela data os portuguêses já estavam de posse das sete ilhas das nove ilhas dos Açores. Antes daquela data nada se sabe sobre o arquipélago açoriano.

e) Descobrimento — Não foi, é certo, Gonçalo Velho, frei da ordem de Cristo, o descobridor dos Açores, como imaginou Gaspar Frutuoso, nas suas «Saudades da Terra», pois Brito Rabelo, ao estudar o «Livro de Marinaria» de João de Lisboa, quer o documento pelo qual se prove haver Gonçalo Velho descoberto os Açores. Não existe o documento.

«Foram os portuguêses os descobridores dos Açores; foram os portuguêses os que, primeiro, viram os Açores; foram os portuguêses os que, primeiro, visitaram os Açores», ensina Alfredo Pimenta.

Gonçalo Velho, pela Carta Régia de 5 de Abril de 1443, é tratado, por Afonso V, de «Comendador das Ilhas dos Açores». Mas nada de considerações, privilégios ou distinções maiores.

Se Gonçalo Velho foi o descobridor, alega-se, porque o rei não o disse naquela carta? Discute-se autêncide da carta, ainda?

Mas o elogio a Gonçalo Velho chega ao exagero de admitir-se que os Açores tiveram o nome dêle, Gonçalo Velho como quer Velho Arruda na «Coleção de Documentos relativos ao descobrimento e povoamento dos Açores».

Examinando-se os documentos desde 1439, e numerosos documentos, até, nada se encontra que explique a afirmação acima e vê-se, pelo contrário, que a toponímia açoriana atual oferece três grupos: 1º) toponímia primitiva; Sta. Maria; S. Miguel, Graciosa; São Jorge. 2º) toponímia identificada: Terceira Jesus Cristo; 3º) toponímia incerta: Corvo (Sta. Iria?), Flores (S. Tomaz?); Fayal (S. Luiz?); (Pico S. Diniz?) «O assunto é vasto e controvertido.

Bartolomeu Pareto, em 1482, ao tempo que se conheciam as sete ilhas dos Açores, dá os nomes e posições mais absurdas a tôdas elas, exceptuando a de S. Jorge.

«Valentim Fernandes, em 1507, dá às nove ilhas os nomes que elas têm hoje.»

Descobridores portuguêses — Edgar Prestage (7), professor da Universidade de Londres, no seu livro «Descobridores Portuguêses» faz reservas à narrativa do Pe. Antônio Cordeiro, autor da «História Insulana» (8), quando se menciona o descobrimento dos Açores por Gonçalo Velho. Filia-se assim, o historiador inglês à corrente científica que em Portugal e nos Açores não aceita os informes daquele padre, nascido em 1641, que aliás copiou de outro padre, Gaspar Frutuoso, de 1522 (9).

Pensa-se que D. Henrique tenha consultado mapas que permitiram a localização, pelo menos a da futura S. Miguel, supondo-se que a carta geográfica fôra obtida em Veneza, por D. Pedro, irmão do Infante.

Diogo Gomes, criado do Infante, tem uma versão completamente diferente da descoberta dos Açores. O plano era verificar as velhas afirmações de Ptolomeu, a oeste do Cabo de Finisterra encontra cinco das sete ilhas açorianas, Valentim Fernandes faz a crônica da viagem e assim Gonçalo Velho fica num plano secundário, cabendo-lhe apenas o transporte de porcos, vacas e ovelhas para cada uma das ilhas.

O problema do nome das ilhas é importante e diz que com respeito à do Corvo e à de S. Jorge, odotaram a dos mapas catalões. Os outros no-

mes foram dados pelos portuguêses. Surgem, então os novos temas: a colonização dos Açores, o Infante D. Pedro, os flamengos, o redescobrimento das ilhas e a lenda de que na ilha do Corvo tinha uma estátua de figura humana, apontando para a América, o que inspirou a Colombo e fêz descobrir o Novo Mundo, conforme o registo pitoresco de H. R. Major, que publicou uma biografia do Infante Henrique (10). O fato é acolhido pelo historiador, como simples anedota.

Ventos teriam arrastado Diogo Gomes para os Açores? O infante D. Henrique construiu igreja, nos Açores, para sua ordem de Cristo. Anote-se que o próprio D. Henrique permitiu plena liberdade aos navios estrangeiros para comerciar com os Açores. A Bula do Papa Alexandre VI foi diretamente contra os portuguêses, pois a linha de demarcação de 3 de maio de 1493, dava a cem léguas para o poente e sul da ilha dos Açores e Cabo Verde e prejudicava os descobrimentos. O rei de Portugal, D. João II, obtém uma vitória com o Tratado de Tordesilhas, que alterou a Bula anterior. Os Açores já com o açoriano João Fernandes, nascido nas ilhas, em 1492, desempenham, por vez, um papel na história das viagens, pois o Labrador assim é ele era chamado do Norte, que tem o nome de Terra do Labrador.

«Pelos meados do século XV, faziam (Os portuguêses) rumo através do oceano à ida e à volta da costa ocidental da África e já, antes de 1484, estavam acostumados a dar uma grande volta, pelos Açores na viagem de regresso pela costa da Guiné, o que mostra que estavam ao fato dos ventos dominantes», ensina Prestage.

D. Henrique não colonisou imediatamente os Açores. «Isoladas como estavam estas ilhas em pleno oceano pouco receio havia de que outra potência se viesse lá imiscuir. Ninguém sinão um português seria capaz de as encontrar, em todo o caso, por isso D. Henrique podia aguardar a ocasião», escreve Elaine Sanceau, no seu livro «D. Henrique, o Navegador» (11) e acrescenta: «não foi senão em 1439 que o Infante resolveu a mandar para lá colonos (Carta Régia de 2 de julho de 1439). Entretanto os animais das ilhas (levados anteriormente) devem ter sido úteis aos navios que voltavam da costa da Guiné.

Vicente M. M. C. Almeida D'Eça, Capitão-Tenente da Armada, Lente da Sexta Cadeira da Escola Naval, de Portugal, em 1895, estuda nas suas «Lições de História Marítima Geral» (12), e aborda também o problema cronológico e situa os descobrimentos: 1432 (ilhéu das Formigas),

1433 (Ilha de Santa Maria), 1444 (S. Miguel) e 1449 (Ilha Terceira, por João Vaz Corte Real?) e o restante dos Açores). A cronologia abrange o começo dos preparativos de D. João I para a tomada de Ceuta (1412), início do período), tomada de Ceuta. (1412). O Infante D. Henrique manda o primeiro navio a descobrir? (1415), o Infante D. Henrique estabelece-se em Sagres (1418), descobrimento da ilha da Madeira (1419), tentativas de exploração ao longo da costa da África (1420 e segs.), uma Armada magnífica conduz a Flandes a infanta D. Isabel, noiva do Duque de Borgonha, Gil Eanes dobra o Cabo Bojador (1434), Gil Eanes e Afonso Gonçalves Baldaya chegam à Angra dos Ruyvos (1435), Baldaya chega à Ponta da Galé (1436), Expedição desastrosa contra Tanger; Captivoiro do Infante D. Fernando (1437), Descobrimento do Cabo Branco (1441), Descobrimento do grupo das ilhas de Arguim (1443), organiza-se em Lagos uma campanha para a Pesca e exploração comercial na costa da África (1444), Chegada ao promontório do Cabo Verde (1445), descobrimento da foz do rio Senegal (1446), navegação até ao Cabo de Sagres da Guiné e a morte de Nuno Tristão (1446-1447).

Excluídos os nomes da maioria dos navegadores para não se entrar em controvérsias.

O estudo detalhado da navegação pode ser feito consultando-se as obras técnicas, científicas e históricas de Bernardo Fernandes (13), ou de Cristóvão Bruno (14), bem como a «Bibliografia Náutica Portuguesa até 1700», por A. Fontoura da Costa (15) ou «Expedições e Armadas nos anos de 1488 e 1489» de A. Braacamp Freire (16), para citar sómente dois livros e dois autores. Mas o estudo dos Açores bem que podia nos levar até aos autores em questão mas seria ampliar demais a interpretação geográfica do problema.

Ordem de Cristo — «Os documentos mostram que, a 18 de setembro de 1460, D. Henrique doa à ordem de Cristo o domínio espiritual das cinco ilhas (de Cabo Verde) e ao Rei temporal» escreve João Ameal na sua «História de Portugal» (17). É o último ato importante do Infante e sempre a Serviço de Deus, pois em toda a Idade Média, em verdade, não se faz senão o que Deus desejou que se fizesse.

Oliveira Martins, no livro postumo «Portugal nos Mares», (18) adverte que «cronologicamente, os primeiros fatos que atestam o gênio colonizador dos portuguêses são as doações». E explica: «No sistema da soberania e da propriedade, segundo o direito feudal europeu, afirmada a suzerania papal sobre as terras, sem senhor, por

serem desconhecidas, a primeira doação era a da Santa Sé, que nelas investiu os monarcas descobridores, conferindo, ou antes, consagrando a propriedade fundada no direito do primeiro ocupante».

Assim «em Portugal, a Corôa, investida para o infante D. Henrique (Bulas de 8 de janeiro de 1450 e 1454 de Nicolau V) a quem como grão-mestre da Ordem de Cristo, a Igreja, por seu lado, conferia o dízimo dos Direitos eclesiásticos para o fim da propagação da fé (Doações de 1449 e 1454, confirmadas pela Bula de Nicolau V e Calixto III).

Instituiu-se um sistema. «Assente nestas bases (bases) o direito político e de propriedade, o infante D. Henrique, donatário universal das terras descobertas, transfere-se por seu turno a donatária ou concessionários, dos quais, o primeiro é o genovez Bartolomeu Perestrelo que tem Pôrto Santo».

As normas e as formas das doações ficaram estabelecidas na carta de 1º de novembro de 1446 aquêle navegador: a hereditariedade da concessão é em linha primogênita masculina, «atribuindo ao donatário a jurisdição civil e crime, ressalvando morte ou talhamento de membro, o monopólio dos moinhos de pão, excluindo as mós de braço; o monopólio dos fornos de pão; o impôsto de um marco de prata sobre as serras d'água e outros engenhos, com o dízimo para o Infante; o monopólio da venda de sal; o dízimo dos rendimentos suzeranos reservados para o infante; e finalmente a faculdade de distribuir terras sob condições de serem cultivadas dentro de cinco anos, conforme a lei vigente das sesmarias».

A primeira experiência com «a doação de Pôrto Santo não trouxe maiores resultados, porque a ilha não passava de um areal quase estéril».

Já noutras partes e com «processos idênticos ou análogo aplicado, não só à Madeira, com aos Açores, deu em consequência a rápida povoação e cultura das ilhas adjacentes. Foi ainda o mesmo processo que, quasi um século depois, o governo de D. João III aplicou à primitiva colonização do Brasil e que estabeleceu o ponto de partida da constituição do futuro império neoportuguês da América. Tais foram pois os primeiros processos empregados para a colonização e povoação das ilhas desabitadas e incultas. Era um fato novo na história econômica do mundo».

Mais tarde, outros tipos de colonização foram adotados, também: a colonização penal e proselítica. Começou na África, na ilha de S. Tomé.

«As colônias de povoação e plantação às colônias propriamente ditas e às fazendas, junta

pois o espírito inventivo da administração portuguesa as colônias presidiárias», conclui Oliveira Martins.

A. Fontoura da Costa, no seu moderno e explêndido tratado, «A Marinharia dos Descobrimentos» (19) esclarece que «em Lagoa estavam, então, centralizados todos os serviços de Cristo. Ali existiam todos os depósitos, relacionados com os serviços atlânticos, entre os quais o principal, no qual se arquivavam os instrumentos náuticos, as cartas e os incipientes roteiros, que o fino espírito observador dos corajosos marinheiros ia permitindo aperfeiçoar e acrescentar».

Antes explica a posição geográfica do Algarve e o papel de Vila do Infante, para afirmar que «a Lagos vinham, na volta de suas viagens, as carroças, naus, galés e outros navios para efetuarem o pagamento dos tributos que ao Infante e à sua Ordem de Cristo pertenciam».

Mar Português — Os Açores foram dos primeiros domínios do Mar Português, para usar o próprio título do livro de Antônio G. Matoso, de leitura da história de Portugal. (20). Obra que é o merecido elogio à brava gente lusitana que tanto honrou o mar que êles quasi transformaram em Pátria. Os versos de Fernando Pessoa que cantam o Mar Português, também, muito dizem do amor e do sacrifício pelo mar sem entradas: «Ó mar salgado, quanto do teu sal são lágrimas de Portugal!

Por te cruzarmos, quantas mães choraram. Quantos filhos em vão rezaram! Quantas noivas ficaram por casar. Para que fosses nosso, ó Mar».

Aliás, a cartografia e a lenda se misturam e entre poesia e ciência, imaginação e cultura tecem-se as mais estranhas histórias do mar. São as ilhas do Mar Tenebroso, por exemplo como conta Gustavo Barroso, no seu livro «Brasil na lenda e na cartografia antiga» (21).

A ilha Mão de Santanaz, Man Santanaxio, ou Mãe de Santanaz, região de «cemitério de Navios» e nos dias atuais admite-se estabelecer «alguma relação entre a atividade vulcânica recentemente asinalada nos Açores e os misteriosos desaparecimentos de navios, desde certo tempo, nas suas proximidades?». A ilha da Mão de Santanaz medieval é uma evocação dos Açores de agora?

Sanzonzo que é S. Jorge dos Açores, diz-se que deve seu nome ao simbolismo da morte do dragão pelo santo ou que fôra descoberto na data de nascimento do cavaleiro santificado pela Igreja.

São tão estranhos os fatos e as crônicas que elas não passam mesmo de histórias inventadas pela credice do povo.

Outros acham que a ilha do Corvo, da cartografia antiga, é a ilha do Pico, há uma longa narrativa para a ilha do Corvo Marinho ou ilha do Corvo e finalmente os «Esores», que são os Açores, cujo o nome veio-lhes da grande quantidade de Açores, (artur palumbarius) ou falcões nelas encontrados pelos primeiros povoadores.

«Segundo Peschel, os Açores são as mesmas ilhas Cabreras, pois o nome Cabreiras também aparece no plural em antigos documentos cosmográficos. Outros autores as consideram as Terceiras e colocam como uma das Terceiras a ilha Brasil ou do Brasil». Esta já é outra história com a mistura da viagem de S. Brandão à terra do Brasil, os celtas nos mares e a terra de promissão que é qualquer coisa como nome Brasil na língua daqueles povos, ao que se julga.

Anote-se o que escreve Gaspar do Couto Ribeiro Vilas, na sua «História Colonial» (22).

«Esta atividade (a navegar para o sul) mais calculada que registrada pela história, leva-os (os marinheiros), por maneira a precisar em estudos especiais futuros, mercê da volta Sul-Norte, a alcançarem o Mar de Sargaco, que por ficar a Sudoeste do Arquipélago dos Açores, levariam tais navegantes, mesmo sem o pensarem, à execução do Reconhecimento preparando a sua integração à Obra do Infante».

Ou «não será erro aceitar que, conforme plano de desvendar todo o Atlântico, lhe fôsse dada a missão evidentemente secreta, de, Açores como Base, prescutar o Oceano Ocidental verificando, se, como pretendia a massa dos cientistas do tempo, ele era o mais seguro caminho para chegar à Índia».

Então, «quer dizer, esta Obra de alcançar os Açores seria um dos objetivos eventuais do solitário de Sagres, que lhe permitiria esclarecer-se sobre o que se passava para Oeste no caminho que leva à América».

Conclui, alegando «e os Açores aparecem assim, não apenas na sua missão normal e futura de facilitar a Navegação sobre Lisboa ao mareante vindo do sul do Equador, mas de Base ainda de agora — para alcançar a Costa Americana mais ou menos a Norte do Equador».

Esta é a breve e resumida história da geografia dos Açores, através, duma crônica ilustrada, aliás de informação que em grande parte se perdem na noite do tempo e do mito.

Mas no mundo que o português criou, o arquipélago surge como uma das primeiras manifestações do gênio de navegador do grande povo lusitano.

Bibliografia

- 1) Dante de Laytano — «Os açorianos no sul do Brasil». Tese para II Coloquium Luso-Brasileiro, S. Paulo, 1954.
- 2) Dante de Laytano — «Açorianos e Alemães no Rio Grande do Sul. Contribuição à história econômica, comparada com a história social, de região tradicional luso-brasileiro que recebeu o influxo da imigração alemã». Tese para o Congresso da História e Geografia Comemorativo do Primeiro Centenário da elevação de S. Leopoldo à vila, 1948.
- 3) Dante de Laytano — «O Português de Açores na Consolidação do Domínio Lusitano no Extremo Sul do Brasil». Tese para o Congresso do Mundo Português. Lisboa, 1940. X Vol. Tomo II.
- 4) Dante de Laytano — «Cidade Açoriana da América Portuguesa. Taquari e a história documental de sua fundação. «Revista do Museu Júlio de Castilhos». Pôrto Alegre, 1951.
- 5) Manoel Bernardes Branco — da Academia Real das Ciências de Lisboa: «Portugal e os Estrangeiros. Obra Dividida em Quatro Partes. Contendo os seguintes Assuntos. I — Dicionário dos escritores estrangeiros, assuntos português, com a tradução dos trechos mais notáveis dessas obras. II — Dicionário das obras português vertidas em línguas estrangeiras. III — Notícia dos português que no estrangeiro se distinguiram nas letras e resenha das obras português reimpresas nos países estrangeiros. IV — Notícia das recordações e monumentos existentes em diversas partes do mundo, construído por português, ou erigidos em honra dêles. Tomo I — Livraria de A. M. Pereira. Lisboa, 1879.
- 6) Alfredo Pimenta — «Idade Média» (Problemas Soluções) — Edições Ultramar. Lisboa, 1946.
- 7) Edgar Prestage — «Descobridores Portugueses» — Edições Gáma — Lisboa — MCMXLIII.
- 8) P. Antonio Cordeiro — «História Insulana» — Lisboa, 1717.
- 9) Gaspar Frutuoso — «Saudades da Terra» — Funchal, 1873.
- 10) R. H. Major — «The Life of Prince Henry of Portugal». Londres, 1868.
- 11) Elaine Sanceau — «D. Henrique, o Navegador» — Livraria Civilização — Editora, Porto, 1942.
- 12) Vicente M. M. C. Almeida D'Eça — «Ligações de História Marítima Geral» — Lisboa Imprensa Nacional, 1895.

- 13) Bernardo Fernandes — «Livro de Marinharia» (1548) Prefácio e Notas de A. Fontoura da Costa. Agência Geral das Colônias. Lisboa, MCMXL.
- 14) Padre Mestre Cristóvão Bruno — «Arte de Navegar» (1628). Agência Geral das Colônias. Lisboa, MCMXL.
- 15) A. Fontoura da Costa — Bibliografia Náutica Portuguesa até 1700. Agência Geral das Colônias. Lisboa, MCMXL.
- 17) João Ameal — «História de Portugal» — Livraria Tavares Martins — Porto, 1949.
- 18) Oliveira Martins — «Portugal nos Mares». Ensaios de Crítica, História e Geografia. 2 vols. Edição Postuma, Parceria A. M. Pereira. Lisboa, 1924.
- 19) A. Fontoura da Costa — «A Marinharia dos descobrimentos» — Agência Geral das Colônias. Lisboa, MCMXXXIX.
- 20) António G. Matoso — «Mar Português». — Leitura de História de Portugal. Livraria Sá da Costa. Lisboa, 1947.
- 21) Gustavo Barroso — «O Brasil na lenda é na cartografia antiga» — Brasiliiana Vol. 199. Editora Nacional. São Paulo, 1941.
- 22) Gaspar do Couto Ribeiro Villas — «História Colonial — 2º vol. Lisboa, 1938.

Referências

I — Impressão dos Açores

«A primeira impressão que se disfruta à vista dos Açores é uma impressão de assombro. O lúbrige aspecto daquelas terras, que apresentam o sainete de sua origem vulcânica, fere vivamente a imaginação. Sua grandesa solitária, seu profundo isolamento, imprimem também na alma um sentimento de melancolia. Assombramo-nos de que o homem terha escolhido para pátria êstes rochedos açoitados pelos ventos e vagas, os quais durante tantos séculos não tiveram mais habitantes do que as aves de rapina, das quais deriva seu nome. No entanto idéias mais risonhas não tardam depois de terem transposto a trincheira de traquito, que opõe um dique ao Oceano, descobrem-se férteis campinas, jardins odoríferos, numerosas aldeias em forma de escadaria pela encosta. Reconhece-se então que ao tomar posse daqueles lugares, o homem fez uma conquista verdadeiramente útil e proveitosa» — (Pág. 17).

— Arthur Morelet — «Iles Açores, Notice sur l'histoire naturelle des Açores, suivie d'une description des mollusques terrestres de cet archipel» — Paris. J. B. Bailliére et fils. — 1866.

II — Data do conhecimento dos Açores

«Dos Açores, antes de 2 de Julho de 1439, não sabemos absolutamente nada senão que existiam, eram conhecidos dos portuguêses, e tinham ovelhas que lá mandara despejar o Infante D. Henrique.

O mais recuado ponto positivo de referência que a história dos Açores possui é esse de 2 de Julho de 1439, em que D. Afonso V. a pedido do Infante D. Henrique, autorise êste a povoá-las; «...o Infante D. Henrique meu tio nos enviou a dizer que... se nos aprovasses que as (sete ilhas dos Açores) mandaria povoar. E porque a nosso belo prazer, lhe damos lugar e licença que as mande povoar».

Quem foi que levou as ovelhas para os Açores, e êsses deviam ter sido talvez os que primeiro as visitaram? Não há vestígio coevo dos seus nomes; não há rastro documentado dos seus nomes.

Das três perguntas lá atrás enunciadas, só uma, e por exclusão de partes, obtém resposta. Foram os portuguêses os descobridores dos Açores; foram os portuguêses os que, primeiro, visitaram os Açores.

E em consequência disto, confirmado por prova documental, foram os portuguêses os que, primeiro, povoaram os Açores.

Ir mais longe não pode ser. É insubstancial, portanto o poema heróï-cômico que se arquitetou pâra ahi, há quarenta anos, e em que se tem insistido teimosamente, espalhando-se mares de ridículo, segundo o qual o descobridor dos Açores teria sido Gonçalo Velho, freire da Ordem de Cristo.

A invencionice vem do séc. XVI — e saiu da pena de Gaspar Fructuoso, que a deixou exagerada nas suas «Saudades da Terra» (liv. III, cap.º parágrafo 3º). Veio como regato débil por ahi fora, até que no fim do séc. XIX, precisamente nos dois últimos anos do séc. XIX, se revelou torrente de disparates na pena de um penegrista sem critério, que chega a escrever que «Frei Gonçalo Velho é o maior homem da humanidade». E dá como testemunho ou avalistas de aserto...»

Alfredo Pimenta — «Idade Média» (Problemas e Soluções) — Pág. 366. Edições Ultramar. Lisboa, 1946.

III — Os Açores e a América

«Os Açores ficam na latitude de Lisboa e de Nova York e assim, quando os portuguêses atingiram o Corvo tinham já percorrido grande parte do caminho para a América do Norte. Dizem histórias antigas que os portuguêses haviam

encontrado no Corvo uma estátua de um homem a cavalo, a apontar com a mão direita o poente, e que por baixo da estátua, estava um rochedo com uma inscrição de língua desconhecida. Este último pormenor foi evidentemente adicionado a lenda, pois embora um escritor a tenha concernido ao ídolo da pedra trazido das Canárias em 1341, o seu único fundamento parece ser um promontório, o qual, entrando pelo mar a dentro, apresenta um aspecto que tem qualquer coisa de uma forma humana com a mão estendida para o poente. Diz-se que só há um século gente inculta do Corvo acredita e afirma que o feitio do promontório foi desenhado pela Providência para indicar a existência de um Mundo Novo e que Colombo, percebendo isto, atuou sob essa sugestão; nestas condições o descobrimento da América seria, portanto, devida à sua ilha». — Edgar Prestage — «Descobridores Portugueses» — Págs. 17/18. Edições Gama. Lisboa, MCMXLIII.

IV — D. Henrique, o Navegador

«O infante realizou assim a maior transformação que o mundo vira ou viu até hoje. Para nos convencermos disto basta-nos comparar os primeiros anos dos séculos XV e XVI.

Em 1400 temos o quadro de um mundo de civilização e culturas concentradas em si mesmos, algumas das quais se sobrepõem nas fronteiras, mas a maior parte delas ignoram-se inteiramente umas nas outras. Embora possam nogociar e combater na sua orla exterior, a Europa e a Ásia vivem separadas, e para sul do Saára, em florestas vaporosas onde não chegam as caravanas dos árabes, os africanos nus nem siquer sonham que haja mundo fora da sua solidão. E em roda de tudo isto rola o mar, que nenhum navio atravessa, rodeando as ocultas ilhas desertas, quebrando as suas ondas ocidentais nas costas de um continente desconhecido, onde outras raças vivem tão ignorantes do outro mundo como esse mundo o é delas.

Cem anos mais tarde achamos tudo mudado. O extremo oriente foi alcançado pelo longínquo ocidente, o norte penetrou profundamente no sul, as barreiras da terra abateram-se e Europa está em tôda a parte. Por todo o mundo as nações estão a estabelecer novos contatos e a descobrir coisas novas umas das outras; a Europa está a conhecer níveis de luxo inimagináveis, a Ásia é sacudida do seu isolamento secular, ao passo que o africano, atônito, vê novos usos, adquire novas necessidades, é instruído numa fé nova e melhor — e adquire alguns vícios novos.

O oceano já não é abismo impassível. Tornou-se a estrada real da terra, atravessada em todos os sentidos por numerosos navios. As suas ilhas desertas são habitadas e produzem frutos; o continente oculto veio à luz — um novo e vasto campo de possibilidades está achado. Todas as partes da terra parece terem-se aberto de repente. Foi o infante D. Henrique que realizou tudo isto» Elaine Sanceau — «D. Henrique, o Navegador». — Págs. 464/46. — Livraria Civilização — Porto, 1942.

V — Cultura do Infante

«A par da exaltação do crente, possui um critério meticoloso, esclarecido e uma inexcedível, força de vontade. Firma-se no estudo conscientioso dos geógrafos e filósofos das eras clássicas: Heródoto, Homero, Hesíodo, Aristóteles, Cesar, Tito, Lívio, Cícero, Salustio, Valerio Máximo, Plínio, Lucano, Séneca, Végesio, Ovídio, Flávio Josefo, Ptolomeu. Dos autores medievais, são-lhes familiares Pedro Aliaço, Alberto Magno São Tomás de Aquino. Também os relatos dos viajantes do século precedente lhe servem de informação e de estímulo — como o do veneziano Marco Polo (trazido pelo Infante D. Pedro, a quem o oferecera o doge Francisco Foscari na cidade de Adriático), onde se descrevem a Mongólia, a Tartária, a Índia, a Persia, a Armenia. Orientam-no os mapas de Valseca, as obras de João Muller e de Jorge Purbach, os roteiros dos pilotos, as cartas marítimas. Assim radica os alicerces do edifício, assim se provê de conhecimentos e de instrumentos para dar curso aos seus gigantescos planos. Pedro Nunes sublinhará, na centúria seguinte, a sólida preparação posta ao serviço da iniciativa do Infante: — «Manifesto é que êstes descobrimentos de costas, ilhas e terras firmes não se fizeram indo a acertar; mas partiam os nossos mareantes mui ensinados e providos de instrumentos e regras de astrologia e geografia, que são as causas de que os cosmógrafos hão de andar apercebidos. Levavam cartas muito particularmente ruminadas, e não já as que os antigos usavam, que não tinham mais figurados que doze ventos, e navegavam sem agulha».

Fala-se muito de gênio aventuroso dos portugueses. Embora êsse gênio se manifeste, de fato, na nossa raça — é indispensável salientar que D. Henrique não se confia aos temerários azares da aventura, mas à lúcida sistematização da inteligência ordenadora. — João Ameal — «História de Portugal» págs. 174 e 175. Livraria Tavares Martins. Porto, 1949.

VI — Sagres

«Senhor Infante, — disse Gil Eanes, aproximando-se de D. Henrique, com a boca cheia de riso, muito alegre e confiado, trago-vos o primeiro sinal da terra que há doze anos demandáveis. O Bojador é passado, a Deus graças. O meu navio, singrando ao largo, conseguiu, finalmente, atravessar aquelas águas que refervem em cachão, à volta dos rochedos. O mar havia-se tingido de uma cõr avermelhada, que parecia sangue vivo. Os ventos uivavam sinistramente. As ondas eram alterosas como montanhas. Mas tudo foi vencido por força daquele Senhor que desejamos servir.

Para além do Cabo, a terra é a mesma que do lado de cá; mas tão estéril, tão seca, tão coberta de areias moveidas que só pude colher estas ervas que aqui apresento à Vossa Mercê, as quais nós, em êste Reino, chamamos Rosas de Santa Maria».

O Infante D. Henrique, chorando de emoção, recebeu as flores que lhe trazia Gil Eanes, ao qual fez grande acrescentamento na honra e fazenda. E, certo de que os seus navios seguiam o caminho que visionara, mandou logo armar um barinel, com o encargo de prosseguir no descobrimento da costa africana, rumo ao sul.

Para levar a bom termo esta obra, o Infante dedica-se ao estudo das matemáticas, da náutica, da cosmografia; consulta atentamente livros de viagens e trabalhos de geografia; ouve a opinião de astrônomos, de cartógrafos, de mareantes.

Sagres transforma-se numa escola prática de marinheiros e navegadores, num centro fértil de trabalho ativo, posto ao serviço de uma idéia, que ia transformar a face da Terra e abrir os caminhos do Mundo à raça branca, até então encerrada nos limites estreitos do Continente Europeu.

Para isto, quanta persistência da parte do Infante Navegador! — Com o seu entusiasmo ardente, varre das almas os fantasmas do Mar Tenebroso. Dá o exemplo do trabalho metódico, da meditação proveitosa, do estudo conciencioso e refletido. Recruta marinheiros. Adestra pilotos. Convence aos medrosos. E organiza as expedições que chegam ao Rio do Oiro, ao Cabo Verde, a Guiné, à Madeira, aos Açores.

Quando o Infante morre (1460), o plano português de ligar a Europa com a Índia, por Mar, ainda está longe de ser concluído. As bases, no entretanto, estão lançadas, o caminho aberto, a rota traçada». — Antonio G. Matoso. «Mar Português. Leituras de Histórias» págs. 112/113 — Liv. Sá da Costa — Lisboa, 1947.

N. R.

A direção do Boletim Geográfico se congratula com a Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul pela recente nomeação do Professor Dr. Dante de Laytano, para Diretor da Faculdade de Filosofia daquela Universidade. Historiador e aficionado da Geografia, de excepcionais méritos, o professor Dr. Dante de Laytano certamente terá seus interesses voltados para o maior desenvolvimento dos já tão prestigiados Cursos de Geografia e História daquela Faculdade.

O «Boletim Geográfico» deseja o maior sucesso à gestão do novel Diretor da Faculdade de Filosofia da P.U.C.